

Escravidão e racismo: *Análise sobre uma das abordagens dos grupos conservadores-liberais*

Roldão Pires Carvalho

Mestrado em Comunicação e Cultura pela Uniso.
Especializações em Administração e Marketing e
em Gestão Estratégica de Negócios pela Uniso.
Graduação em História pela mesma Instituição.
E-mail: roldao_pires@hotmail.com

Mara Rovida

Professora do PPG Comunicação e Cultura da Uniso.
Doutorado em Comunicação pela USP.
Mestrado em Comunicação pela Cásper Líbero.
Graduação em Jornalismo Faculdade Anglo Latino.
E-mail: mara.rovida@prof.uniso.br

Recebido: 19 out. 2018

Aprovado: 1 dez. 2018

Resumo: Este artigo objetiva analisar o discurso do Brasil Paralelo sobre a escravidão, ao evidenciar o racismo e a tentativa de propagar o ticket conservador liberal como pensamento hegemônico, servindo para sustentar a relação de dominação étnica. Através da análise crítica do discurso, são analisadas as falas do grupo sobre o tema escravidão na série Brasil – *A Última Cruzada*, que estão concentradas no segundo capítulo intitulado “A Vila Rica”.

Palavras-chave: Racismo. Escravidão. Ticket Conservador Liberal. Brasil Paralelo.

Abstract: This article aims to analyze the parallel Brazil discourse on slavery, by highlighting racism and the attempt to propagate the liberal conservative ticket as hegemonic thinking, serving to support the relationship of ethnic domination. Through the critical analysis of the discourse, the group's speeches on slavery in the series Brazil – *The Last Crusade* are analyzed, which are concentrated in the second chapter entitled "The Villa Rica".

Keywords: Racism. Slavery. Conservative Liberal Ticket. Brazil Parallel.

Resumen: Este artículo objetiva analizar el discurso de Brasil Paralelo sobre la esclavitud, al evidenciar el racismo y el intento de propagar el billete conservador liberal como pensamiento hegemónico, sirviendo para sostener la relación de dominación étnica. A través del análisis crítico del discurso, se analizan las palabras del grupo sobre el tema esclavitud en la serie Brasil – *La última cruzada*, que se concentran en el segundo capítulo titulado "A Vila Rica".

Palabras clave: Racismo. Esclavitud. Ticket Conservador Liberal. Brasil Paralelo.

Introdução

Esse texto tem como objetivo demonstrar como o Brasil Paralelo aborda o tema da escravidão na série Brasil – *A Última Cruzada*. Através da análise crítica do discurso, da inconsistência historiográfica e das abstrações, pretende-se evidenciar a tentativa de deslocar os sentidos das representações simbólicas de forma conveniente ao grupo, reforçando que o compromisso da série e do Brasil Paralelo está longe de ser historiográfico e sim em propagar o ticket conservador-liberal com finalidade exclusivamente política e estabelecer relação de dominação, nesse caso, étnica.

O material analisado será o excerto retirado do segundo capítulo da série Brasil – *A Última Cruzada*, intitulado “A Vila Rica” entre aproximadamente o trigésimo segundo minuto e trigésimo nono. O trecho foi escolhido por sua representatividade na argumentação do Brasil Paralelo sobre o tema da escravidão no Brasil, considerando os cinco capítulos da série.

Metodologicamente será utilizada a análise crítica do discurso baseado nos conceitos de Jonh B. Thompson (2011), no que se refere ao uso das representações simbólicas para estabelecer e sustentar relações de cominaçãoⁱ, de Teun A. van Dijk (2008), principalmente sobre o discurso racista e na análise dos modos linguísticos de Patrick Charaudeau (2016), que nesse caso possui preponderância do modo narrativo.

O termo *ticket* foi retirado do conceito de Adorno e Horkheimer (1995) no livro *Dialética do Esclarecimento*, no qual justificam que não existiam mais antissemitas na Alemanha, pois o processo do antissemitismo não era mais algo construído e apropriado pelo indivíduo com o tempo e sim fruto de um bloco de ideias previamente estabelecidos e oferecidos através da propaganda como parte do ticket nazista. Estes tickets podem ser constituídos de conteúdos religiosos, políticos ou econômicos e em determinados contextos sociais e políticos podem causar grande impacto.

Pretende-se verificar se finalidade do ticket conservador liberal, dessa produção, está em unir a mentalidade popular brasileira em torno de uma mesma concepção de mundo e perpetuar o pensamento dominante hegemônico. Entende-se que o Brasil Paralelo tenta deslocar os sentidos simbólicos da escravidão para ocultar o

racismo perpetuando o pensamento dominante de que a etnia europeia ou de aparência branca são a normativa de caráter e valores.

A mentalidade historiográfica do século XIX

“Buscando pelas origens, o indivíduo torna-se caranguejo. O historiador olha para trás; por fim, ele também acredita para trás” (Friedrich Nietzsche, 2017, p. 11). O aforismo retirado do Crepúsculo dos ídolos, de 1888, representa em certa medida como a historiografia era produzida no século XIX e início do século XX. Como ciência a História procurava a consolidação se apropriando de métodos positivistas, que somente no século XX se mostraram inadequados. Politicamente tinha a função de criar o mito de origem dos Estados Nacionais existentes principalmente dos novos. Dentre os objetivos dessa historiografia estava a busca por heróis e fatos grandiosos que atribuíssem à origem desses Estados um passado glorioso a ser resgatado e seus valores implementados no presente. Por isso que Nietzsche afirmava que o historiador acreditava para trás, pois o futuro do país estava pautado pela grandiosidade de seu passado.

Politicamente o mito de origem além de criar um sentimento de nacionalismo tem a finalidade de criar a identidade nacional, o mito que une as pessoas em uma mesma origem, um passado em comum e legitimar o poder das classes governantes. No caso brasileiro não foi diferente. “O Brasil independente, portanto, precisava da história e dos historiadores para se oferecer um passado e abrir-se um futuro” (REIS, 2007, p. 26). Para se criar a narrativa do mito de origem, da identidade nacional e legitimar a poder do imperador D. Pedro II, foi criado em 1838/1839 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Segundo Manoel Salgado Guimarães o IHGB possuía como projeto:

[...] dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a contudo numa tradição de civilização e progresso, idéias tão caras ao iluminismo. A Nação, cujo retrato o instituto se propõe traçar, deve, portanto surgir como o desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e europeia (1988, p. 4).

Em 1840 o instituto cria um prêmio para quem escrevesse o melhor plano na elaboração da historiografia brasileira. O texto premiado foi “Como deve ser escrita a

História do Brasil”, do botânico e viajante alemão Karl Phillip von Martius. A monografia que foi publicada na revista do IHGB, em 1845, tornou-se estruturante nas produções historiográficas posteriores, principalmente na criação do mito da democracia racial e mescla de raças.

A historiografia pautada pela mescla das raças deveria ter seu foco no português civilizador, na sua coragem, na sua fé cristã católica e na relação com a Igreja. As demais “raças desamparadas” deveriam ser defendidas pelo historiador, porém como aqueles que deveriam seguir o exemplo dos portugueses, os bons selvagens eram aqueles que partilhavam de seus valores.

O historiador José Carlos Reis (2007, p. 27) evidencia uma questão levantada por Von Martius, que não caberia à historiografia atual mas, que seria abordada pelos principais historiadores brasileiro no século XIX, de Varnhagem até Gilberto Freyre no século XX, em relação ao negro. “O Brasil teria tido um desenvolvimento diferente sem a introdução dos negros escravos?” Para os historiadores anteriores a Freyre a resposta sempre foi que a vinda dos negros teria sido pior para o desenvolvimento do Brasil.

A avaliação negativa não se concentra no trabalho ou na economia, mas na questão racial. A crítica do principal historiador do período, Varnhagem, estava nos traficantes negreiros que entulharam o litoral brasileiro com africanos, que “fizeram mal ao Brasil com seus costumes perversos, seus hábitos menos decorosos, despudorados. Os escravos viviam alheios à ternura da família, tinham coração endurecido.” (REIS, 2007, p. 43). Para Varnhagem o índio é que deveria ter sido forçado ao trabalho, por isso criticava os jesuítas e enaltecia os bandeirantes. Desejava que os traços africanos desaparecessem com a miscigenação. As políticas de branqueamento buscavam resolver esse “problema” no final dos séculos XIX e início do XX.

A questão de Von Martius ganha resposta diferente com Gilberto Freyre no livro *Casa grande e senzala* (1933), que responde positivamente à introdução dos negros ao Brasil. Em sua perspectiva o encontro das três raças foi fraterno, generoso e democrático evidenciado pela miscigenação. Freyre sabia dos conflitos e contradições, sua justificativa era que apenas queria demonstrar como os indivíduos sobreviviam a essas situaçõesⁱⁱ, porém fez de forma que harmoniza as divergências e as tensões. O domínio português foi o início de uma relação, mesmo que com uso da força, seria fraterna, misto de amor e ódio. A violência sexual na relação de escravidão poderia se tornar afetuosa. A miscigenação ocorria pelo fato do português não ser etnicamente e

culturalmente puro devido à dominação mulçumana na Península Ibérica. Este aspecto que até então era considerado negativamente pelas elites como empobrecimento da raça, passa a ser colocada positivamente por Freyre. Para Reis “O livro genial de Freyre renovou a visão do Brasil das elites em crise” (2007, p. 55). A narrativa sedutora enobrece a elite conservadora e fortalece as relações de dominação notabilizando o caráter político de sua obra.

A proposta de realidade histórica do Brasil Paralelo se baseia na perspectiva da historiografia varnhangardiana e freyriana, que mesmo possuindo valor, são datadas e totalmente ultrapassadas na historiografia moderna. Servindo como referências de suas épocas possuem utilidade para entender parte da mentalidade da elite brasileira em seus respectivos períodos. São historiografias formuladas com objetivos políticos em legitimar as relações de dominação, seja da coroa, das oligarquias ou no caso desse trabalho, étnica.

Para Muniz Sodré (2015), a busca pelo passado, aos moldes da proposta do Brasil Paralelo, serve para solucionar conflitos atuais. Como veremos nas análises do discurso pregado pelo grupo abordando a escravidão, a tentativa será insistentemente em reduzir o impacto e as consequências sociais da escravidão no Brasil contemporâneo, de forma leviana e falaciosa.

A escravidão na proposta do Brasil Paralelo

A finalidade desse trabalho não está em desmentir ou realçar as inconsistências históricas que o Brasil Paralelo expõe em seu discurso e sim em explorar o uso político desse discurso com a finalidade de estabelecer e sustentar uma relação de dominação. Porém faz-se necessário pontuar algumas das discrepâncias, pois são utilizadas propositadamente para criar discursos com a intenção de propor realidades ficcionais que afetam as relações sociais, de poder e políticas.

Antes de partir para a análise do discurso dos depoentes sobre a escravidão um dado torna-se importante. Destaca-se o tempo destinado a questão da escravidão na versão da construção da história proposta pelo grupo, seis minutos e dezoito segundos em um total de cinco capítulos que totalizam quase seis horas de produção. O não dizer, nesse caso, diz muito sobre como pensam ou a visão de mundo que querem propor e a relevância dada à escravidão no processo histórico brasileiro.

A proposta do Brasil Paralelo sobre a questão da escravidão se inicia com o locutor na seguinte narrativa:

Os engenhos de açúcar a serem construídos, agora eram uma realidade e viriam acompanhados de uma das maiores chagas da História do Mundo. Das grandes manchas morais da biografia humana é impossível não lembrar da escravidão como uma das maiores. Quando falamos em escravos, lembramos da luta e da dedicação dos abolicionistas pela liberdade e dos povos que demoraram tanto para despertar e ver um futuro livre. É difícil pensar, o quão horrível foi nascer e morrer sem ser o dono de sua própria vida. O fato de podermos olhar as coisas dessa forma; é o privilégio de vivermos do lado de cá da linha do tempo da humanidade. O compromisso em manter a humanidade livre vem da lembrança que demoramos milênios para vencer o mal da escravidão. Foi um mal que por muito tempo não esboçava perspectiva de nos libertarmos.

Os antigos povos hebreus e assírios, os gregos e os romanos, os europeus, astecas, incas, maias, e tantos outros, não conseguiram vencer o status quo em que nasceram e viveram. Se olhamos para trás e vemos a mancha da escravidão, é a história jogando holofote sobre nós, esperando deliberarmos sobre nossas ações, para saber quem somos e como seremos lembrados.

É a História cumprindo seu papel, nos ensinando os grandes erros e lembrando que muito dos nosso antepassados perderam seus sonhos na falta de liberdade (BRASIL PARALELO, 2017).

Apesar de no excerto acima o Brasil Paralelo considerar a escravidão um desvio moral, o discurso possui a finalidade de deslegitimar qualquer reivindicação da sociedade afrodescendente no Brasil e mascarar o racismo. A resistência dos negros escravizados, as revoltas e as lutas são apagadas e esquecidas nessa narrativa, assim como na proposta do Gilberto Freyre. Na luta pelo fim da escravidão só se mencionam os abolicionistas, eles é que seriam lembrados primeiramente e não a condição e a resistência do escravizado. Este discurso torna-se a primeira estratégia para se construir a realidade desejada pelo Brasil Paralelo. Ao se desconsiderar as lutas, as revoltas e os atos de resistência, procura deslegitimar a luta e as reivindicações contemporâneas, como se estas fossem algo inventado por pessoas que se vitimizam, arranjando desculpa para conquistar algo de maneira fácil, se aproveitando supostamente de algo que não existiu ou que teve pouca relevância e gravidade.

Na construção dessa narrativa ao citar outras civilizações que praticavam a escravidão, reforçam a importância dos abolicionistas, pois conseguiram algo que milenarmente outros não conseguiram. A inconveniente lembrança de sermos o último país ocidental a abolir a escravidão é esquecida, convém a amnésia histórica.

O eufemismo começa a ser criado na fala do cientista político Adriano Gianturco:

A escavidão do ponto de vista moral, ético, não há nenhuma dúvida, não há discussão é uma aberração moral. Acho que por ai não tem conversa, ninguém discorda disso. Do ponto de vista histórico infelizmente foi a normalidade no mundo inteiro, por grande parte da história na verdade. É um período muito recente que nós temos sistemas econômicos baseados na não escavidão (BRASIL PARALELO, 2017)

O trabalho escravo é apresentado como a normalidade no mundo e somente na história muito recente surgiram sistemas econômicos não baseados na escavidão. Quando se estabelece o sistema econômico baseado no modo de produção e na forma em que o trabalho foi empregado, como nesse caso o sistema escravista, baseia-se pela preponderância que esta forma possui em relação às outras, não significando ser a única. A amnésia histórica ressurge no discurso, o uso da palavra “recente” funciona para endossar e legitimar o sistema escravocrata no Brasil e esquecer o período da Idade Média e do sistema econômico feudal que se sustentava preponderantemente pelo trabalho servil. A escavidão não desapareceu da Europa Ocidental e cristã nesse período de mil anos, mas possuía a servidão como forma de trabalho e consequentemente no modo de produção e no sistema econômico. O sistema econômico escravocrata ressurge no Período Moderno, preponderantemente nas colônias, mesmo havendo escravos no território europeu ela não era a força de trabalho preponderante no continente. Relações de dominação e exploração existiam e ainda existem, porém em contextos diferentes. A afirmação do cientista político torna-se falaciosa, necessitaria de maior explicação e contextualização se a intenção fosse dizer que o sistema econômico e a relação de trabalho capitalista são relativamente recentes na História. A interpretação que se faz, em relação à intencionalidade, está em naturalizar a escavidão e amenizar qualquer problema social decorrente dessa relação. Nessa construção da realidade proposta em que a escavidão foi algo normal no mundo, de forma universalizada, enfatiza a questão: Por que deveria haver dívida histórica para com os descendentes das pessoas escravizadas no Brasil, com os afrodescendentes? Essa pergunta torna-se polêmica, pois, as pessoas escravizadas não estão mais vivas para receberem qualquer benefício que compense as sevícias e o sofrimento causados. Em determinado aspecto, pode ser considerado até mesmo um insulto à memória do escravizado acreditar que uma quota em universidade compense o que viveu. Porém, a compensação não se trata da escavidão, como a narrativa do Brasil Paralelo tenta

vincular. A compensação ou a dívida que se tem está na estrutura social que privilegiou determinadas etnias em relação a outras, está no racismo, que afetam os indivíduos contemporâneos. A questão está nas pessoas estigmatizadas e que sofrem preconceitos hoje, fruto da mentalidade racista estruturada no decorrer da História brasileira. Para rebater esse argumento, o racismo também será alvo de deslegitimação por parte do Brasil Paralelo com o historiador negro Flávio Alencar:

O quê que era ser escravo, né? Ser escravo era...é ser vencido em uma guerra justa e perder sua liberdade. Ou, nascer de uma mulher nessa condição. É isso que definia... é a base legal né? Pra ...pra ser escravo. Então é... se fala muito de reparação histórica com relação à raça e etnia, mas o fundamento da escravidão nunca foi a origem étnica, no Brasil nunca foi (BRASIL PARALELO, 2017).

O historiador bastante reticente explica o que era ser escravo; ser capturado por uma guerra justa ou nascer de uma mulher nessa condição e que a escravidão no Brasil nunca teve origem étnica. Dessa forma, não caberia nenhuma reparação histórica.

Existem alguns erros graves, que não deveriam passar despercebidos por um historiador. Na primeira parte ao se referir sobre os aspectos que determinavam a escravização das pessoas, as duas situações apresentadas estão corretas, porém não eram os escravizados frutos da captura de uma guerra justa. A guerra justa no território do Brasil Colônia se dava principalmente contra os povos indígenas que ofereciam resistência ao acultramento português e a evangelização e no continente africano contra os muçumanos. No Brasil Colônia, mesmo sendo proibida pela Coroa, a prática de prear índios pelos bandeirantes, principalmente nas capitânicas mais pobres, era comum e não se limitava as guerras justas. Os escravizados de origem africana não eram frutos de guerra justa, muitos não eram muçumanos ou estavam em guerra com qualquer outra nação ou tribo.

Na sequência da fala do professor Flávio Alencar inicia-se a argumentação mais polêmica e grave na construção da falácia histórica para legitimar práticas racistas. Segundo o locutor, no Brasil o fundamento da escravidão nunca foi racial ou de origem étnica, negando enfaticamente pela segunda vez ao concluir a frase "... no Brasil nunca foi". Se fosse como o professor diz, a prática de escravizar brancos europeus seria comum ou corriqueira e não cairia preponderantemente em índios nativos e africanos, não estaria concentrada no Outro não europeu. O tratamento ao diferente não seria

discriminatório e repressivo. A escravidão praticada no Brasil poderia não ser exclusivamente racial, existiam interesses principalmente econômicos que beneficiavam comerciantes e principalmente a Coroa com os impostos, porém a tratativa e as características atribuídas ao negro como bestial, selvagem, primitivo e desumanizado, como expõe Bitencourt (2018) ao analisar as produções artísticas da época representando o negro, servem como exemplo de manifestação de racismo.

Paulo Cruz, outro professor negro endossa o argumento apresentado pelo Brasil Paralelo.

Não é racial, ela se torna racial no século XIX, quando surgem as teses eugenistas é que aí se usa essa questão de tentar ligar ou associar a...a... o africano ou descendente de africano ao escravo. Mas isso é muito tardio, então não era ... era, foi escravidão primeiro de oportunidade. Tanto é que não era difícil você encontrar negros que se tornavam senhores e que tinham seus escravos também. Então quer dizer, dentro de uma economia escravista se eu sou um senhor de engenho, eu tenho escravos (BRASIL PARALELO, 2017)

Em seu discurso, argumenta que a associação da raça, do africano escravizado só surgiu após as teses eugenistas no século XIX e que anteriormente a isso não era uma questão racial. Ao colocar um professor negro afirmando assertivamente que a escravidão não é racial o Brasil Paralelo tenta retirar o argumento daqueles que defendem alguma forma de compensação histórica e social aos negros, que os próprios negros ou parte deles concordam com esse argumento. Existe uma falha factual no discurso do professor, o termo eugenismo criado por Francis Galton é de 1883, ou seja, cinco anos antes da abolição, que era baseada nas teses evolucionistas de Darwin e afirmava que determinadas raças eram mais evoluídas que outras. Porém, a raça era debatida muito antes, no século XVIII e não somente no fim do século XIX. Segundo o historiador Francisco Bethencourt (2018) a prática do racismo, mesmo não tendo essa nomenclatura, vem de períodos muito anteriores desde a Antiguidade Clássica. Para Bethencourt, o racismo consiste em cometer uma ação discriminatória a uma pessoa devido a características herdadas de sua ancestralidade. Essas características são estereótipos pré-determinados podendo conter aspectos positivos e/ou negativos e não consideram apenas características físicas como a cor da pele. No caso de Portugal, Bethencourt lembra a perseguição aos mouros e aos judeus e da pureza de sangue como formas de racismo em próprio território português, que comprova a práticas racistas dos

portugueses desde a formação do Estado Nacional Português. Existem vários exemplos que podem ser fornecidos para enfatizar o racismo na colônia brasileira, basta lembrar a nomenclatura que era dada aos negros e seus descendentes que remetiam a animais, como o termo mulato (mula) e crioulo (criação animal), além do tratamento desumanizado que recebiam. A possível alegação de anacronismo do uso racismo torna-se infundada, pois sua prática era algo comum, mesmo não sendo denominada dessa maneira.

Ao usar o termo “muito tardio”, o professor Paulo Cruz tenta provocar um eufemismo na história do racismo no Brasil, dando a sensação de que se existiu, foi por um breve período. Tenta-se desviar o foco do racismo na relação de escravidão nas palavras “foi escravidão primeiro de oportunidade”. Não se pode negar que a oportunidade foi um fator importante na escravidão, principalmente financeira como já fora mencionada, o tráfico negreiro era uma das atividades comerciais mais lucrativas na época, tanto que para muitos historiadores esse era o fator principal do descolamento da escravidão indígena para a africana. Porém isso não tirava o aspecto racial, pois durante esse período, assim como foi citado, que negros possuíam cativos, os alforriados sempre ficavam com medo de serem escravizados novamente, algo que também ocorria. Ter a pele escura era um estigma que associava a pessoa diretamente a condição de escravo, de inferioridade e de subalterno aos de pele mais clara. As abstrações das propostas de realidade apresentadas pelo Brasil Paralelo servem exclusivamente para mascarar os aspectos racistas no período da escravidão, todas as práticas cotidianas para com os negros escravizados, a sua reificação como mercadorias ou como animais, não são mencionadas.

Não se pode comparar escravidão em escala de ser pior ou melhor, porém existem características diferentes, se comparada a escravidão que ocorria na antiguidade clássica em relação ao período colonial. Na antiguidade o escravizado quando possuía uma habilidade ou um conhecimento específico este era utilizado pelos seus donos, era comum existirem escravizados médicos, engenheiros, administradores. No caso do Brasil não existia essa prática, o conhecimento do africano escravizado e trazido à colônia era totalmente desconsiderado, pois eram inferiorizados como selvagens, sem cultura, animais, sem nada a oferecer além de seus corpos para trabalhos físicos e sexual, eram totalmente desumanizados. O negro educado e letrado era a exceção no Brasil Colônia e Império.

O professor Tomas Giuliano reforça a narrativa anterior.

A alforria era uma concessão do senhor, mesmo que o negro tivesse dinheiro para paga-lo. Ai nós temos um problema. Não conseguiram comprar sua alforria. Pois bem, eu tenho esse dinheiro, eu vou investir esse capital - compravam escravos. E tinham essa possibilidade. E nós temos casos - percebam o nível de especificidade da nossa escravidão – de antigos escravos que pagavam suas alforrias com seus próprios escravos. Claro que são casos que são minoritários no sentido da história da escravidão como um todo, mas são especificidades que não são comentadas, que não são debatidas. (BRASIL PARALELO, 2017)

Dizendo da especificidade que ocorria no caso brasileiro, com negros comprando sua alforria com o trabalho de escravizados de sua propriedade, porém enfatiza que não era a normalidade, mas que deveria ser debatido. Mesmo sendo verdadeira a colocação, podemos levantar a questão; por que se evidenciar a exceção em vez da regra? Por qual motivo não se menciona do tratamento recebido pelo cativo, das sevícias, das resistências, dos assassinatos? Em uma série que supostamente diz contar a História do Brasil deveria despender mais tempo sobre a escravidão, na normativa e não em especificidades. Além de querer eximir a responsabilidade do sistema escravocrata do europeu, na figura do português, pretende jogar a responsabilidade da escravidão ao próprio negro.

A construção argumentativa reforça a proposta de que a escravidão não teria princípios raciais, evidenciando as exceções, pois o negro escravizado escravizava outros negros. Uma das possíveis apropriações do espectador inicialmente pode ser a de considerar como exceção o negro escravizando o negro, porém as apropriações constantemente são reapropriadas pelo mesmo indivíduo. Assim sendo, o indivíduo que inicialmente entende como exceção pode vir a aceitar como regra depois de uma reapropriação da mensagem. A estratégia de alterar o sentido de exceção para regra se percebe logo em seguida com o retorno à fala do professor Paulo Cruz.

E inclusive o continente era altamente escravocrata, assim, internamente, certo? Então quer dizer, o português não chegou lá na costa africana e chegou dando paulada e tiro e arrastando o...o... africano para dentro dos navios, né? Já existia um comércio intenso de escravos na costa. (BRASIL PARALELO, 2017)

Os argumentos de responsabilizar o africano pela escravidão dizendo que o continente africano era altamente escravocrata internamente e de associar o negro como o escravizador, deslocando o sentido simbólico de vítima do processo para réu.

Ao dizer “continente era altamente escravocrata” cria o sentido de que a chegada dos portugueses e depois de outros europeus, em quase nada afetou no continente, um eufemismo facilmente desmentido pela historiografia comprometida com o saber científico. A historiadora Katia M. de Queirós Mattoso (2016) por exemplo, ao abordar esse tema explica a ampla variedade e formas de escravidão que existiam no continente africano, muitas delas não implicava em comércio de pessoas, e o impacto que causou desestruturando todas as relações sociais e políticas pré-existentes. Abordar a escravidão africana de forma falaciosa e leviana serve exclusivamente para fins políticos, diminuindo os reflexos sociais contemporâneos decorrentes da escravidão brasileira. Na sequência do mesmo discurso o professor afirma que os portugueses não chegaram “dando paulada e tiro e arrastando o africano para dentro dos navios”, que implica em outro eufemismo falacioso na tentativa de isentar ou diminuir a participação portuguesa na violência que a escravidão representa. O historiador Jaime Pinsky cita o cronista português Gomes Éanes de Zurara (1410-1474) sobre uma incursão em 1444 com a finalidade de prear escravos, “deram sobre eles, matando e prendendo o quanto podiam” (apud PINSKY, 2010, p. 13) , que reflete exatamente o oposto da proposta de realidade do professor Paulo Cruz. Pouco falta para dizer que vieram para o Brasil de forma voluntária e que não foram trazidos à força, separados de seus lares e familiares e afirmar que não sofreram mal tratos e violência. O português praticamente é absolvido da responsabilidade sobre o comércio de pessoas trazidas da África. Diferentemente como diz o professor Paulo Cruz, o comércio escravo intenso na costa africana só se tornou uma realidade após a chegada dos portugueses e de outros europeus.

O eufemismo da participação do português e a naturalização do processo do comércio de pessoas prossegue com a retomada do discurso de Thomas Giuliano.

Quando falamos de negro que veio da África de diferentes regiões, eu preciso entender que a escravidão já existia no continente africano. Porém, ela era específica em cada um dos lugares. Ou seja, é muito perigoso dizer assim: Os negros africanos escravizavam-se porque eram mulçumanos. Porque nem todas as nações eram mulçumanas. Certo? Inclusive cabe dizer que: as que eram praticavam uma escravidão pior das que não eram (BRASIL PARALELO, 2017)

O primeiro aspecto a se destacar está no verbo *vir* no trecho “o negro que veio da África”, como se fosse uma opção vir ou não, igual a um imigrante que procura em outro local por oportunidades e melhor qualidade de vida. Ameniza dessa maneira a vinda do africano para o continente americano, mascara a violência de ser trazido contra sua vontade, do trato recebido, das sevícias da captura e da logística das viagens que proporcionaram altos índices de mortalidade. O verbo correto a ser utilizado é trazer e não vir. Pode-se alegar um lapso no não uso correto do termo, porém toda a construção simbólica da escravidão e a argumentação realizada pelo Brasil Paralelo, minimizando o processo histórico e seus efeitos, evidenciam que a utilização do verbo vir é intencional, faz parte da estratégia de comunicação adotada em subtrair os aspectos negativos da mentalidade civilizadora europeia.

A responsabilidade da escravidão novamente dirige-se ao africano. A repetição dessa afirmativa serve como reforço da ideia de que o português e a civilização ocidental somente aproveitaram uma prática comum ao utilizar a mão de obra escrava dos africanos. Reforça o que o Paulo Cruz mencionou anteriormente, que era uma escravidão de oportunidade e não racial. Assim como discursos anteriores serve para deslegitimar qualquer reivindicação social nos dias de hoje pelas desigualdades de origem étnica e conseqüentemente combater o racismo.

Quando finalmente parece que serão abordadas as diferentes formas de escravidão na África o depoente apresenta a frase: “Os negros africanos escravizavam-se porque eram mulçumanos”. Essa frase apresenta o objetivo de evidenciar a escravidão mulçumana diante as outras formas e posteriormente afirmar que esta era a pior prática. Simbolicamente tenta-se criar a pior das escravidões, a mulçumana, e conseqüentemente uma escravidão melhor, provavelmente a escravidão portuguesa e cristã. Seguindo a lógica da construção da realidade proposta pelo Brasil Paralelo, cheia de abstrações históricas e com a escravidão mulçumana como a pior, faz crer que a escravidão brasileira não foi ruim como os historiadores pregam. Chegam muito próximos ao limite de regredirem cinco séculos na mentalidade e afirmarem como os contemporâneos de Zurara, que seria uma benesse ser civilizado pela cultura ocidental e conhecer a religião cristã, como lembra Pinsky ao se referir aos sentimentos do cronista presenciando a chegada e o lamento das pessoas capturadas para serem escravizadas:

O cronista que nos legou essa descrição (Zurara) afirma ter, de início, se emocionado com o quadro. Logo, porém, lembrou-se de que os males físicos e a perda da liberdade dos africanos eram amplamente compensados pelo “caminho da salvação espiritual” que a conversão ao cristianismo lhes propiciaria. Como vemos, vários elementos “justificadores” da escravidão no Brasil (inclusive o papel colonizador da religião) já aparecem desde o início do escravismo português (PINSKY, 2010, p.14)

Porém, mesmo não dizendo, o sentido possível a ser apropriado pelo espectador pode ser esse, que foi muito melhor ser escravizado pelo português, ser civilizado pela cultura ocidental cristã do que correr o risco de permanecer no continente africano e ser escravizado pelos povos mulçumanos. Pode se atribuir um possível interesse do grupo em dar esse sentido baseando –se que essa forma de pensar era a mesma de Varnhagem, que acreditava que os africanos tiveram melhor sorte ao ter com os europeus, “[...] com gente mais polida, com a civilização e o cristianismo” (REIS, 2007, p. 43). A intencionalidade em forçar essa interpretação pelo espectador se faz pela sequência da narrativa com o Olavo de Carvalho.

A escravidão mulçumana é um assunto relativamente recente na pesquisa historiográfica. Né? Tem um livro que eu recomendo do historiador (não se entende) que se chama Tidiane, que se chama *Génocide Voilé*, genocídio velado. Que é a desgraça que a escravidão mulçumana fez na África. Os escravos que iam pro mundo mulçumano. Os mulçumanos preferiam comprar mulheres e quando compravam homens, capavam, porque em grande parte para a finalidade sexual (BRASIL PARALELO, 2017).

Olavo de Carvalho inicia sua fala afirmando que a escravidão mulçumana seria um assunto relativamente recente na historiografia. Essa afirmação pode ser interpretada, que por ser recente, seria pouco conhecida, estudada e um mistério a ser desvelado. Justificaria a visão ou os relatos históricos de um único livro, como sugere o Olavo. Mesmo que esse tema seja pouco conhecido para a população brasileira ele é bastante debatido e controverso dentro da academia para aqueles que estudam escravidão e civilizações islâmicas. Para Peter Demand “A situação do escravo era, em geral, muito melhor no mundo mulçumano do que na antiguidade médio-oriental e greco-romana “clássica”, ou ainda sobre as potências cristãs nas Américas até uma século e meio” (DEMAND, 2011, p. 146). Como podemos perceber, uma escala de relações escravocratas entre melhor e pior é controversa e pouco produtiva, tornando-se

mais uma retórica política do que efetivamente relevante. Para as pessoas escravizadas, talvez por pouquíssimas exceções, a escravidão nunca foi uma opção a ser escolhida. Não se pode mensurar o sofrimento individual de cada um para se quantificar qual era melhor ou pior. Partindo desse pressuposto, a perspectiva desse trabalho evidencia o uso político dessa narrativa, na tentativa do deslocamento do sentido da escravidão praticada pelos portugueses e europeus, diminuindo a carga simbólica negativa que carrega e transferindo-a para os próprios africanos e povos islâmicos.

Em seu discurso, Olavo de Carvalho reforça a imagem negativa dos mulçumanos, como aqueles que desgraçaram o continente com a escravidão, retirando qualquer participação dos europeus tanto no período Colonial como Neocolonial. Os “vilões” são os mulçumanos. Inclusive por escravizar mulheres para a prática sexual, como se na História da Escravidão no Brasil não fosse comum os senhores praticarem sexo, consensual ou não, com as mulheres escravizadas. A imagem negativa do mulçumano é reforçada quando Olavo diz que os homens eram capados, como se todos fossem, generaliza a situação potencializando a crueldade. Realmente essa prática existia, os eunucos normalmente eram os escravos que tinham livre acesso aos haréns. Diferentemente do que sugere esse discurso, muitos escravos eram soldados, trabalhavam em serviços domésticos ou no campo, não tinham origem exclusivamente da África Subsaariana, existiam eslavos pagãos e oriundos da Ásia central.

Segundo Demand (2011), nos séculos XVIII e XIX devido a crise de fornecimento de escravos originários da África o Cáucaso tornou-se o maior fornecedor fora do continente africano. A escravidão mulçumana é um tema bastante complexo e diverso com variações no espaço e tempo, o que o Brasil Paralelo tenta fazer com esse discurso é criar um estereótipo reducionista, racista e com finalidade política. O objetivo do discurso está em tirar o foco na gravidade da escravidão da historiografia brasileira, seus efeitos e conseqüentemente, mascarar o racismo e qualquer reivindicação ou reparação para com os negros na atualidade, ao mesmo tempo, reforça simbolicamente o estereótipo mulçumano, que pode ser utilizado para legitimar posições, ações e discursos xenofóbicos ou racistas em ocasiões futuras.

Na estratégia de potencializar a crueldade da escravidão africana entra o depoimento do diplomata e escritor Alberto da Costa e Silva.

[...] tinha escravo na África, era enterrado com as cordas amarrada no pescoço e ficava com a ponta da corda fora do enterro para ser puxado para fora, quando fosse necessário. Quando morria um chefe em algumas regiões da África, isso poderia significar que seriam mortos, 20,30,40,50 escravos para acompanhar no outro mundo o chefe que havia morrido (BRASIL PARALELO, 2017)

Aparentemente, o trecho parece ser recortado de uma narrativa maior, que foi escolhido deliberadamente uma parte que se encaixaria no contexto desejado pelo Brasil Paralelo.

O escravizado ser enterrado com uma corda no pescoço reforça a humilhação e a condição da pessoa que seria escrava mesmo depois de morta, que jamais estaria livre. Simbolicamente torna-se forte a mensagem, principalmente para a cultura ocidental contemporânea e pelos que presam pela liberdade. O trecho “tinha escravo na África” generaliza a ação, não se fala qual cultura possuía essa prática, os motivos e o quão comum era praticada, não se contextualiza para potencializar negativamente o ato, amplifica a ação que pode ser compreendida ou apropriada pelo espectador como corriqueira no continente.

A dissimulação através da generalização continua em “Quando morria um chefe em algumas regiões da África”. Não se dizem quais, em que cultura, quando ou se eram em muitas ou poucas. Assim como analisado no trecho anterior, uma mensagem aberta para possíveis interpretativos devido a generalização, potencializa a probabilidade dos espectadores se apropriarem da mensagem como sendo uma prática comum no continente africano, da morte de dezenas de escravos acompanhando seus donos para o além vida. O discurso do Alberto Costa e Silva dramatiza a escravidão pela eternidade o que amplifica a sensação de crueldade, principalmente aos mais religiosos, torna-se uma afronta não somente a vida como a alma.

O locutor Felipe Valerim retorna a fazer a narrativa final sobre a abordagem da escravidão que o Brasil Paralelo faz nessa série.

A escravidão era uma situação aceita e tornou-se a mão de obra na cana de açúcar no Brasil. Primeiramente os homens da Guiné, depois os do Congo e da Angola, e em seguida o tráfico envolveu todo o sul do continente, até Moçambique. Tornando o negócio de escravos o mais lucrativo e amplo do planeta. (BRASIL PARALELO, 2017)

Logo no início no discurso se diz que a escravidão era uma situação aceita. Porém, aceita por quem? As pessoas escravizadas aceitavam de bom grado serem tiradas de suas vidas para serem levadas para outro continente, sofrerem sevícias, serem violadas, marcadas à ferro, perderem a liberdade? A escravidão poderia ser aceita para aquele que escravizava e lucrava com a prática, mas não para o escravizado. As tensões, as revoltas, as lutas e as contradições são subtraídas do discurso, dessa forma naturaliza-se o sistema escravocrata tornando-o simbolicamente mais brando do que foi historicamente, e permitindo desconstruir quaisquer implicações decorrentes desse processo na atualidade.

A construção da realidade histórica proposta pelo Brasil Paralelo se assemelha aos estilos literários, criticados por Muniz Sodré (2015), que procuravam dar homogeneidade étnica à identidade do povo nacional.

Apesar do racionalismo especulativo, que lhe outorga traços no mínimo “historiosóficos”, esse pensamento assume por vezes foros de mitologia, destinados a criar uma ilusão de mesmidade, de algo eternamente idêntico a si mesmo. O efeito social de uma mitologia dessas é esvaziar a realidade histórica e contraditória do cidadão concreto, replicando-o no plano das ideias e do discurso (SODRÉ, 2015, p. 105)

O escravizado no Brasil é praticamente apagado, exclui a importância do negro na economia e na cultura, assim como as revoltas, as lutas e na resistência. O sujeito histórico, concreto não existe na versão do Brasil Paralelo quando se aborda escravidão. Trazem a ideia de mesmidade ao dizer que era prática comum na África e no mundo, que somente recentemente os sistemas econômicos não baseados na escravidão.

A estratégia em deslocar o tema para o continente africano é proposital e procura trabalhar na falta de conhecimento e ignorância do espectador sobre o continente e sua história. Tenta-se criar um estereótipo de escravidão africana e do mulçumano que podem produzir o efeito de amenizar a história da escravidão brasileira e o racismo. A narrativa se enquadra na crítica de Van Dijk (2008) que coloca como o principal fator o sistema de ensino, que por muitas vezes, pouco aborda a questão do Outro, ou se aprofunda nas diversidades. Essa questão é importante, pois segundo o autor, mesmo que as pessoas sejam capazes de rejeitar um discurso racista, elas são mais suscetíveis quando poucos conhecem os grupos foco do discurso. Dessa forma acabam aceitando o argumento baseados em estereótipos ou em relatos que não

condizem com a realidade. Os brancos acreditam “saber” sobre a identidade e a etnia do Outro.

O racismo do período do Varnhagen para o dos dias atuais mudou, hoje é expresso de forma mais sutil. Para Sodré (2015), o racismo alterou suas características com os abolicionistas no século XIX, que seria muito mais um movimento em imitar o ideário europeu da época do que preocupação humanista, saindo da dominação para o de exclusão. Na forma mais sofisticada de racismo, as relações de dominação continuam pois, na situação de periferia social, a representatividade política, de acesso à educação de qualidade, formação superior, melhores empregos e consequentemente ascensão social, são comprometidas. A manutenção do establishment étnico permanece pouco alterada. A narrativa do Brasil Paralelo promove a continuidade dessa relação de dominação.

Em um documentário historicamente honesto, a abordagem sobre o tema escravidão focaria no território que se encontra o Brasil e nas pessoas que aqui viveram. O português que possui papel central no processo de escravidão e no tráfico negreiro é mencionado uma única vez no discurso falacioso do professor Paulo Cruz. O índio nem se quer é mencionado. Mesmo esse trabalho estando focado somente na questão de como se é abordada a escravidão pelo grupo, a série toda Brasil – *A Última Cruzada* não possui comprometimento histórico. Seu objetivo é vender um conjunto de ideias pré-estabelecidas favoráveis aos desejos políticos, sociais e econômicos de parte dos grupos que se autodenominam conservadores liberais.

Considerações

A intenção do Brasil Paralelo não está em informar historicamente seu espectador, está em desinformar. A desinformação nesse caso cria e reforça a imagem da crueldade da escravidão no continente africano para legitimar e naturalizar a escravidão brasileira.

A narrativa construída pelo Brasil Paralelo no excerto sobre a escravidão possui alguns objetivos evidentes, reforçar o mito da democracia racial mascarando o racismo. Consequentemente tenta deslegitimar qualquer reivindicação por igualdade étnica prevalecendo a dominação dos aparentemente europeus cristãos sobre as demais etnias.

Referências

- ADORNO, Theodor W, HORKHEIMER, Max. **A dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- BETHENCOURT, Francisco. **Racismo: das cruzadas ao século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- BRASIL Paralelo. **Brasil – A Última Cruzada**; Capítulo 2. Disponível em: <<https://www.brasilparalelo.com.br/home/>>. Acesso em: 3 abr. 2018.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- DEMAND, Peter. **O mundo mulçumano**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. São Paulo: Global, 1933.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o instituto histórico e geográfico brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC, nº 1, p. 5-27, 1988.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser Escravo no Brasil: séculos XV ao XIX**. Tradução Sonia Furhmann. Petrópolis, RJ: Vozes 2016.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo do ídolos**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2017.
- PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. 21. ed. – São Paulo: Contexto, 2010.
- REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC**. 9. ed. ampliada – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**. V. 26, n.1, 2014, p. 83-94.
- SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e cotas no Brasil**. 3. ed. atual e ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- VAN DJIK, Teun A. et al. **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008.

ⁱ Este conceito é o utilizado pelo autor para definir ideologia.

ⁱⁱ A justificativa de Freyre foi retirada da nota de rodapé do livro *Claros e escuros* de Muniz Sobré (2015 p. 115), na qual consta o depoimento do Prof. Emmanuel Carneiro Leão.